



## EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

Processo N°.: 9/2020	Tomada de Preços N°.: 9/2020
<b>DOTAÇÃO</b>	
1.057	4.4.90.00 DR: 1000 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS/SOSU

### 1. DA LICITAÇÃO

**1.1.** O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, 89.850-000, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, do tipo **Menor Preço/Preço Global**, com regime de execução **Indireta/Empreitada por preço Unitário**, de conformidade com a Lei 8.666/1993, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes contendo os documentos da habilitação e proposta para o dia **14 de Fevereiro de 2020 às 09h00min**, iniciando-se a sessão pública no dia **14 de Fevereiro de 2020 às 09h10min**, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000.

**1.2.** Os interessados poderão obter maiores informações sobre a licitação e adquirir o edital na Prefeitura Municipal de Quilombo, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, das segundas-feiras às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3346-3242, ou no *site* do Município de Quilombo, no seguinte endereço: [www.quilombo.sc.gov.br](http://www.quilombo.sc.gov.br).

**1.2.1.** Toda e qualquer informação posterior a publicação, tais como respostas a esclarecimentos, prorrogações de prazo e revogação serão disponibilizadas nos autos que integram o processo e no site do Município de Quilombo, [www.quilombo.sc.gov.br](http://www.quilombo.sc.gov.br), sendo de responsabilidade dos licitantes acessá-las para obtê-las.

### 2. OBJETO

**2.1.** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS CELSO RAMOS, JOAÇABA E TIRADENTES E NA TRAVESSA CAMPO GRANDE, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 4.305,8 M2, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC**, de acordo com as



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

especificações constantes na Lista de Itens, Memorial Descritivo, Cronograma de Execução, Orçamento, Projetos e demais anexos a este edital.

**2.2.** Além do fornecimento dos materiais, equipamentos e mão-de-obra, caberá ao licitante vencedor fornecer toda a infraestrutura logística de apoio, as placas de obra e demais dispositivos de sinalização e segurança do trânsito, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos pessoais e/ou materiais provenientes da inobservância dessas obrigações.

**2.3.** Será de responsabilidade do licitante vencedor a verificação da compatibilidade dos materiais e equipamentos com o local de sua execução, obrigando-se a informar ao Município de Quilombo acerca de qualquer discrepância porventura encontrada, a fim de permitir em tempo hábil eventual ações corretivas, evitando atrasos ou quebra no ritmo dos serviços.

### **3. RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

**3.1. Além do disposto no art. 9º da Lei 8.666/93, não podem** participar do certame os licitantes que possuem fatos impeditivos e/ou que comprometam a idoneidade para participação em licitação, em especial:

- a) Empresa declarada inidônea de acordo com o art. 87, III e IV da Lei 8.666/93, e que não tenha restabelecido a sua idoneidade;
- b) Pessoas Jurídicas ou profissionais que não estejam regulares com o CEIS – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas;
- c) Empresas concordatárias a que se referia o Decreto-lei 7.661/45, bem como, as partícipes em recuperação judicial, extrajudicial ou com falência decretada nos termos da Lei de Falências 11.101/05;
- d) Empresas que possuem seus proprietários tutela de mandato eletivo;
- e) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei 9.605/98;
- f) Empresas ou outros interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei 8.666/93.

**3.2. Deve** o licitante apresentar, conforme item 6.7. deste Edital, Declaração de Inexistência de Restrições para Participar de Licitação (ANEXO V), sob pena de impedimento em participar do certame.

**3.3.** Ainda, a Comissão Permanente de Licitações **poderá** consultar os seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**3.3.1.** Se efetuada, a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art. 12 da Lei 8.429/92, que prevê dentre sanções impostas



ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o poder público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**3.3.2.** Sendo a consulta positiva, o licitante será impedido/desclassificado/inabilitado do certame.

#### **4. DA VISITA TÉCNICA**

**4.1.** Os licitantes interessados em participar desta licitação deverão realizar visita técnica pelo responsável técnico da mesma, no local da obra, juntamente com o responsável técnico designado pelo Município de Quilombo (Engenheiro/Arquiteto), o qual emitirá a DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA, até às 17 horas do dia 11/02/2020, sendo que a declaração é documento obrigatório para a habilitação, considerando inabilitada a empresa que não apresentar o referido documento.

**4.2.** As despesas decorrentes da visita, bem como as demais incorridas na fase de elaboração da proposta, correrão por conta da empresa interessada, sem qualquer direito à indenização reembolso ou compensação a qualquer título.

**4.3.** É de inteira responsabilidade do licitante a verificação *in loco* das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta, haja vista que a não verificação não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

#### **5. DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

**5.1.** Os licitantes **deverão** apresentar “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS” em envelopes separados e indevassáveis, cada um deles com identificação do licitante, indicando o conteúdo dos envelopes como segue:

<b>MUNICÍPIO DE QUILOMBO - SC</b> <b>ENVELOPE Nº 01</b> <b>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> <b>TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2020</b> <b>PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)</b> <b>CNPJ:</b> <b>TELEFONE:</b> <b>EMAIL:</b>	<b>MUNICÍPIO DE QUILOMBO - SC</b> <b>ENVELOPE Nº 02</b> <b>PROPOSTA DE PREÇO</b> <b>TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2020</b> <b>PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)</b> <b>CNPJ:</b> <b>TELEFONE:</b> <b>EMAIL:</b>
---	---

**5.2.** Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou similar desde que recebidos no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Quilombo, até no máximo 10 (dez) minutos antes do horário da abertura da sessão pública (item 1.1. do edital).

**5.2.1.** Se os licitantes decidirem entregar o envelope no próprio dia da sua abertura, deverão comparecer com a necessária antecedência mínima de 10 (dez) minutos em relação ao prazo



indicado no subitem 1.1., não se aceitando justificativas de atraso na entrega das propostas devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza.

**5.3.** Não serão aceitos documentos em papel térmico para fac-símile (fax).

**5.4.** Toda a documentação **deve** ser apresentada em original ou em fotocópia autenticada (por servidor da administração ou em cartório) ou publicação em órgão da imprensa oficial (art. 32 da Lei 8.666/93).

**5.4.1.** Tratando-se de certidões emitidas via internet, a autenticidade das mesmas poderá ser feita, em diligência, mediante consulta junto ao órgão expedidor.

**5.4.2.** No caso de autenticação por servidor da administração, os interessados deverão fazê-lo, preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**5.5.** Recomenda-se que a documentação esteja encadernada em espiral, com índice e páginas numeradas, rubricadas, timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante, bem como que a proposta também seja entregue em meio digital.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

**6.1.** Previamente à abertura da sessão de habilitação e julgamento, o representante da licitante **deverá** apresentar-se à Comissão de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta licitação, munido de **todos** os documentos abaixo relacionados:

- Documento oficial de identificação com foto (por exemplo RG, CNH, CTPS);
- Documento que lhe dê poderes para manifestação durante a sessão.

**6.1.1.** Recomenda-se que também seja apresentada a Ficha de Apresentação (ANEXO I).

**6.2.** O credenciamento dos licitantes **deverá** ser feito através da apresentação de **todos** os documentos abaixo relacionados:

- Apresentação de procuração **ou** carta de credenciamento dos representantes (ANEXO III);
- Cópia autenticada do contrato social **ou** documento constitutivo do licitante;
- Cópia autenticada de documento oficial de identificação com foto (por exemplo RG, CNH, CTPS) do representante.

**6.2.1.** Os referidos documentos deverão ser entregues à Comissão de Licitação, os quais serão arquivados no processo licitatório.

**6.3.** A não apresentação do credenciamento na forma supramencionada não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome, facultando-se-lhe, no entanto, o acompanhamento das sessões.

**6.4.** Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

**6.5.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.



6.6. A empresa que não se fizer representar **deverá** encaminhar juntamente com os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, mas fora de tais envelopes, sob pena de não participar do certame:

- Cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante;
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (ANEXO IV).

6.7. Concluído o credenciamento, **deve o licitante apresentar fora dos envelopes**:

- Declaração de que está ciente do conteúdo do edital e aceita integralmente suas condições (ANEXO IV);
- Declaração de Inexistência de Restrições para Participar de Licitação (ANEXO V);
- Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (ANEXO VI).

6.7.1. A não apresentação das referidas declarações ensejará o afastamento da licitante no certame licitatório.

## 7. DO CREDENCIAMENTO DE “ME” E “EPP”

7.1. No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, para que possa gozar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da referida Lei, **deverá apresentar por fora do envelope, no momento do credenciamento**:

- a) Declaração emitida pela empresa, assinada pelo contador responsável e pelo representante legal da mesma, **ou**
- b) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007.

7.2.1. A validade da declaração de que trata a alínea “a” será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da emissão, sendo que a validade da Certidão é a que consta da mesma.

7.2. As Sociedades Simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, **deverão apresentar apresentar fora do envelope, no momento do credenciamento, Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica atualizada**, expedida com data não superior a 90 (noventa) dias da sessão, atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da LC 123/2006, acompanhada de declaração firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

7.3. A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá participar do processo licitatório, sem direito, entretanto, à fruição dos benefícios previstos no art. 42 a 45 da LC 123/2006.

## 8. DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

8.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, será realizada sessão pública sob o



comando do Presidente da Comissão de Licitação e com a presença de seus membros previamente designados por Decreto Municipal.

**8.2.** A Comissão de Licitação receberá do representante legal de cada empresa licitante o Envelope N° 01 – “HABILITAÇÃO” e Envelope N° 02 – “PROPOSTA”, os quais deverão cumprir o disposto no item 5 deste Edital, acompanhados dos documentos de credenciamento, conforme item 6 e/ou 7.

**8.3.** Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação (Lei 8.666/93, art. 43, § 2°).

**8.4.** É facultada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (Lei 8.666/93, art. 43, § 3°).

**8.5.** Caso todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no art. 48 da Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 48, § 3°).

## **9. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N° 01)**

**9.1.** Após o credenciamento dos participantes, serão abertos os Envelopes N° 01 – “HABILITAÇÃO” para análise pela Comissão de Licitações e os representantes das empresas credenciadas, sendo consideradas HABILITADAS as empresas que apresentaram a documentação determinada expressamente na Lei 8.666/93:

### **9.1.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 28 da Lei 8.666/93):**

- a)** Cédula de identidade;
- b)** Registro comercial, no caso de empresário individual;
- c)** Ato constitutivo, estatuto **ou** contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



**NOTA:**

- Caso o licitante tenha apresentado cédula de identidade e/ou contrato social no credenciamento, o mesmo fica dispensado dos referidos documentos no envelope de habilitação.

**9.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 29 da Lei 8.666/93):**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC)/Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

**NOTA:**

- Caso o licitante tenha apresentado CPF no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.

**9.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 30 da Lei 8.666/93):**

- a) CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA EMITIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA ou CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL – CAU/BR, em nome da empresa, que também comprove vínculo do profissional que confere responsabilidade técnica à empresa.

**NOTA:**

- Deverão também apresentar certidão com visto do CREA/CAU as empresas cujo domicílio da sede esteja localizada fora do Estado de Santa Catarina.

- b) CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, EXPEDIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL – CAU/BR, que comprove que a empresa possui, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior (Engenheiro/Arquiteto com atribuições para execução dos serviços do objeto) detentor de Acervo Técnico de Execução de serviços pertinentes e compatíveis com as características e quantidades mínimas abaixo indicadas, sendo que o profissional deverá constar do quadro de profissionais responsáveis técnicos pela empresa.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

- TERRAPLENAGEM: 2.152,90 m<sup>2</sup>;
- PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS: 2.152,90 m<sup>2</sup>;
- MEIO FIO: 674m;
- BOCA DE LOBO E/OU BUEIRO: 15 un

**NOTA:**

- Caso a descrição do serviço no acervo não seja igual ao que consta acima, a identificação da similaridade/compatibilidade caberá ao Setor de Engenharia e Arquitetura do Município.

**e) ATESTADO FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO E/OU PRIVADO**, devidamente registrado no CREA/CAU/BR, de que a proponente executou serviços pertinentes e compatíveis com as características e quantidades mínimas abaixo indicadas, comprovando aptidão para a execução da obra objeto desta licitação:

- TERRAPLENAGEM: 2.152,90 m<sup>2</sup>;
- PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS: 2.152,90 m<sup>2</sup>;
- MEIO FIO: 674m;
- BOCA DE LOBO E/OU BUEIRO: 15 un

**NOTA:**

- Caso a descrição do serviço no acervo não seja igual ao que consta acima, a identificação da similaridade/compatibilidade caberá ao Setor de Engenharia e Arquitetura do Município.

**d) DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA**, conforme item 4 deste Edital.

**9.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 31 da Lei 8.666/93):**

**a)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**NOTA:**

- Não é obrigatória para MEI.

**b)** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, com data de expedição não superior a 30 dias anteriores a data da licitação.

**NOTA:**

- Considerando a implantação do sistema EPROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, a certidão no Primeiro Grau deverá ser solicitada tanto no sistema EPROC quanto



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

c) Comprovante de depósito no valor mínimo de 1% (um por cento) referente caução em dinheiro, como garantia da obra, através de recibo bancário, o qual deverá ser depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 1393-5, conta corrente nº 35.863-0.

**NOTA:**

- A Garantia de 1% efetuada como comprovante para a Habilitação será devolvida 10 (dez) dias após a homologação do Processo Licitatório, mediante pedido protocolado junto a Prefeitura Municipal, aos licitantes desclassificados ou não vencedores, e ao vencedor do certame, em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, mediante requerimento protocolado junto a Prefeitura de Quilombo.

- Caso a licitante vencedora não assinar o contrato, perderá o direito de ressarcir o valor de 1% (um por cento) depositado em garantia da fase da habilitação.

**9.1.5. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (art. 27, V da Lei 8.666/93 c/c Decreto 4.358/2002):**

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”, nos moldes do Decreto 4.358/2002 (ANEXO VI).

**9.2.** Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

**9.3.** Consoante o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério do Município de Quilombo, para a regularização da referida documentação.

**9.3.1.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.4.1. deste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme § 2º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

**9.4.** Aos concorrentes inabilitados, serão devolvidos os envelopes fechados contendo as respectivas propostas, desde que não haja recurso ou após sua denegação (Lei 8.666/93, art. 43, II).



## 10. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 02)

10.1. Serão abertos os Envelopes Nº 02 – “PROPOSTA” contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos (Lei 8.666/93, art. 43, III).

10.1.1. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (Lei 8.666/93, art. 43, § 6º).

10.2. A proposta **deverá** ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou autorizado por procuração pública, contendo os preços propostos, com duas casas decimais, sem quaisquer emendas ou entrelinhas, e com as seguintes informações:

- a) Razão social da empresa licitante, CNPJ, endereço completo, e-mail e número do telefone;
- b) Nome dos representantes legais, com indicação do RG e CPF;
- c) Planilha Orçamentária e Planilha de Cronograma Físico-Financeiro (Global e Por Rua);
- d) Preços unitários em algarismos e preço global em algarismo e por extenso, sendo que deverão ser cotados todos os itens;
- e) Prazo de entrega proposto;
- f) Prazo da validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias da data estipulada para sua apresentação;
- g) Nome do banco, número da conta corrente do licitante, agência e cidade.

10.3. O preço **deverá** ser cotado em moeda nacional.

10.4. O preço ofertado **deve ser líquido**, já incluso todos os impostos e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

## 11. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos deste edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais serão devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis (Lei 8.666/93, art. 43, IV).

11.2. A Comissão de Licitação levará em consideração os critérios objetivos definidos neste edital, de acordo com as normas e princípios estabelecidos pela Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 44).

11.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes (Lei 8.666/93, art. 44, § 2º).

11.4. O julgamento das propostas será objetivo (Lei 8.666/93, art. 45, *caput*).



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

**11.5.** Será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço (Lei 8.666/93, art. 45, § 1º, I), respeitando o preço unitário, o preço total do item e o preço global.

**11.5.1.** Os valores máximos que o Município de Quilombo admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação são o global e os unitários previamente estimados no Anexo II deste Edital.

**11.5.2.** Prevalecerá o preço grafado por extenso, salvo se outro for encontrado pela Comissão de Licitação.

**11.6.** Conforme permissão do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93, replicado no item 8.4. deste edital, em caso de erro de cálculo (soma e/ou multiplicação), a Comissão de Licitação efetuará as correções necessárias, prevalecendo os preços encontrados pela Comissão.

**11.6.1.** Havendo divergência entre o preço unitário e o preço total do item, prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total do item e, conseqüentemente, o preço global.

**11.6.1.1.** Entende-se como preço total do item aquele obtido pela multiplicação do preço unitário proposto pelo quantitativo unitário.

**11.6.1.1.1.** Havendo erro de transcrição dos quantitativos unitários na planilha do licitante para com a planilha anexa neste edital, os quantitativos serão corrigidos de acordo com a planilha anexa neste edital.

**11.6.2.** O preço total global resultante da revisão da Comissão de Licitação será considerado como o **PREÇO GLOBAL PROPOSTO PELO LICITANTE**, para efeito de classificação e julgamento nesta licitação.

**11.7.** Conforme permissão do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93, replicado no item 8.4. deste edital, a Comissão de Licitação promoverá a diligência que entender pertinente para conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

**11.8.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados (Lei 8.666/93, art. 45, § 2º).

**11.9.** A classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério previsto no item anterior (Lei 8.666/93, art. 45, § 3º).

**11.10.** Declarada a primeira classificada, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o exercício do direito de preferência, nos seguintes termos:

- a) Quando houver empate, empate esse entendido como aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada será convocada a apresentar nova proposta de preço inferior obrigatoriamente abaixo daquele de menor valor obtido;



- c) A apresentação de proposta inferior àquela considerada vencedora pela microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão;
- d) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

§ 1º Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentaram igual valor, respeitada a ordem de classificação.

**11.10.1.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

**11.10.2.** Na hipótese da desistência ao exercício do direito de preferência ou da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora.

**11.11.** Serão desclassificadas as propostas:

- a) Não atendam às exigências deste edital (Lei 8.666/93, art. 48, I);
- b) Com valor global superior ao limite estabelecido neste edital (primeira parte do inciso I do art. 48 da Lei 8.666/93), ou seja, R\$ 239.861,07 (Duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e um reais e sete centavos);
- c) Com preços manifestamente inexequíveis (segunda parte do inciso II c/c § 1º do art. 48 da Lei 8.666/93);
- d) Que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que neste edital não esteja estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração (Lei 8.666/93, art. 44, § 3º), também se aplicando às propostas que incluam mão-de-obra estrangeira ou importações de qualquer natureza (Lei 8.666/93, art. 44, § 4º).

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**12.1.** A Comissão Especial de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente para deliberação quanto à homologação e adjudicação do objeto desta licitação (Lei 8.666/93, art. 43, VI).

**12.2.** Em caso de interposição de recurso conforme alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93, a autoridade competente só fará a homologação e adjudicação do objeto da licitação após a decisão final do recurso.



### **13. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**13.1.** O contrato administrativo regula-se pela Lei 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (Lei 8.666/93, art. 54).

**13.2.** O licitante vencedor será convocado para a assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação emitida pelo Setor de Licitações, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 64, *caput*).

**13.2.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração (Lei 8.666/93, art. 64, § 1º).

**13.2.2.** Se o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, poderá o MUNICÍPIO DE QUILOMBO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com este edital, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei (Lei 8.666/93, art. 64, § 2º).

**13.2.3.** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (Lei 8.666/93, art. 64, § 3º).

**13.3.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas (Lei 8.666/93, art. 84, *caput*), não se aplicando aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço (Lei 8.666/93, art. 84, p.ú.).

**13.4.** No momento da assinatura, deverá ser apresentado o comprovante da garantia contratual.

**13.5.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação (Lei 8.666/93, art. 78, VI).

**13.6.** Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

**13.7.** O contrato poderá ser alterado de conformidade com o estabelecido nas Lei 8.666/93.



#### 14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, ao comparecer para assinatura do contrato, deverá entregar recibo de depósito, a título de GARANTIA CONTRATUAL, a importância de 5% (cinco por cento) do valor da proposta vencedora (Lei 8.666/93, art. 56, § 2º).

14.2. Deverá ser feita por caução em dinheiro, o qual deverá ser depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 1393-5, conta corrente nº 35.863-0.

14.3. A garantia contratual poderá ser executada para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, conforme art. 80, III da Lei 8.666/93.

14.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, atualizada monetariamente (Lei 8.666, art. 56, § 4º), devendo haver pedido protocolado na Prefeitura Municipal de Quilombo.

14.4.1. Caso a empresa não cumpra com todas as obrigações previstas no edital e no contrato, inclusive os prazos, ou no caso de rescisão do contrato (item 24), não será devolvido o valor referente à garantia contratual, o qual será apropriado pelo **CONTRATANTE**, exceto se a rescisão e/ou paralisação se der em decorrência de acordo das partes.

#### 15. DOS PRAZOS DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇO

15.1. Os prazos do contrato e da execução da obra/serviço deverão obedecer ao cronograma global do projeto anexo, ou seja, **será de até 04 (quatro) meses**, a contar da expedição da Ordem de Serviço pelo Município (Lei 8.666/93, art. 57, § 3º).

15.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (Lei 8.666/93, art. 110, *caput*).

15.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente na Administração Municipal (Lei 8.666/93, art. 110, p.ú.).

15.3. Os prazos poderão ser alterados de acordo com o Município de Quilombo, com estrita observância ao estabelecido na Lei 8.666/93.

#### 16. DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

16.1. A autoridade competente emitirá a Ordem de Serviço autorizando a execução dos serviços, ficando o executor/fornecedor obrigado a cumpri-los de acordo com as condições estabelecidas neste edital.



**16.2.** A empresa deverá apresentar e entregar ao Setor de Licitações, quando da entrega da ordem de serviço, ART/RRT de execução da obra, conforme orientação exposta no orçamento e memorial descritivo.

## **17. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**17.1.** A fiscalização do contrato e da execução dos serviços será realizada pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou por servidor nomeado por meio de Decreto Municipal (Lei 8.666/93, art. 58, III c/c art. 67).

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**18.1.** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (Lei 8.666/93, art. 69).

**18.2.** O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (Lei 8.666/93, art. 70).

**18.3.** O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 8.666/93, art. 71, *caput*).

**18.4.** O contratado é responsável por todas as licenças ambientais necessárias para a execução do objeto contratado, quando houver necessidade.

**18.5.** O contratado é responsável pelo fornecimento dos materiais, equipamentos e mão-de-obra.

**18.6.** O contratado é responsável por fornecer toda a infraestrutura logística de apoio, as placas de obra e demais dispositivos de sinalização e segurança do trânsito, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos pessoais e/ou materiais provenientes da inobservância dessas obrigações.

**18.7.** O contratado é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

## **19. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**19.1.** O objeto desta licitação será recebido:

- a)** Provisoriamente (Lei 8.666/93, art. 73, I): Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado.
- b)** Definitivamente (Lei 8.666/93, art. 73, II): por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

**19.2.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Lei 8.666/93, art. 73, § 2º).

**19.3.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato (Lei 8.666/93, art. 76).

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** O pagamento será efetuado através de boleto bancário e/ou depósito na conta do fornecedor (somente na Caixa Econômica Federal), sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, **conforme medição realizada pelo Setor de Arquitetura e Engenharia do Município**, e mediante apresentação da nota fiscal, discriminando o valor do material e mão de obra, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

**20.1.1.** A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA constando as seguintes informações:

- Processo Licitatório 9/2020 – Tomada de Preços 9/2020
- Contrato Administrativo: \_\_\_/2020
- Dados bancários da CONTRATADA.

**20.2.** Ficará ainda condicionado ao pagamento:

a) 1ª medição:

- Apresentação de Diário de Obra, devidamente assinado pelo Responsável técnico da obra.
- Matrícula da Obra junto ao INSS
- GFIP/SEFIP
- Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93):
  - Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS
  - Certidão Negativa da Fazenda Federal
  - Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado
  - Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

b) Demais medições:

- Diário de Obra, devidamente assinado pelo Responsável técnico da obra.
- Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93):
  - Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS
  - Certidão Negativa da Fazenda Federal
  - Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

- Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

**c) Última medição:**

- Diário de Obra, devidamente assinado pelo Responsável técnico da obra.
- Apresentação da CND do INSS relativa à obra
- GFIP/SEFIP
- Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93):
  - Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS
  - Certidão Negativa da Fazenda Federal
  - Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado
  - Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

**20.3.** Serão retidos valores de INSS incidentes sobre os serviços, conforme legislação em vigor.

**20.4.** Sobre o valor pago à Contratada, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- a) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal nº 123/2003;
- b) Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n.º 125/ 2017.

## **21. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**21.1.** Os preços não serão reajustados antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, observado, se for o caso, o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**21.2.** Em caso de prorrogação do contrato, o reajuste **poderá** ser concedido, desde que acordado entre as partes, e será feito com base na média da variação acumulada do IGP-M da FGV e INPC/IBGE observado o disposto no item anterior.

## **22. DA GARANTIA DA OBRA**

**22.1.** A licitante contratada responderá pela solidez e segurança da obra objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618 da Lei nº.10.406/2002 (Código Civil).

## **23. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**23.1.** O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (Lei 8.666/93, art. 65 e ss):

- a) Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:



- a.1) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- a.2) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites previstos na Lei 8.666/93.
- b) Por acordo das partes:
  - b.1) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
  - b.2) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
  - b.3) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
  - b.4) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**23.2.** O **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões que forem necessários, conforme parágrafos do art. 65 da Lei 8.666/93.

## **24. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

**24.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento (Lei 8.666/93, art. 77), sempre com observância ao Capítulo III, Seção V da Lei 8.666/93.

**24.1.1.** A rescisão será feita mediante notificação, entregue (i) pessoalmente e/ou (ii) por via digital e/ou (iii) por via postal, com prova de recebimento.

**24.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato (Lei 8.666/93, art. 78):

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte do **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao **CONTRATADO**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte do **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**24.2.1.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (Lei 8.666/93, art. 78, p. ú.).

**24.3.** A rescisão do contrato poderá ser (Lei 8.666/93, art. 79):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas “a” a “l” e “q” do item anterior;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

c) Judicial, nos termos da legislação.

**24.3.1.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE** (Lei 8.666/93, art. 79, § 1º).

**24.3.2.** Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas “l” a “q” do item anterior, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a (Lei 8.666/93, art. 79, § 2º):

- a) Devolução de garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

**24.3.3.** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo (Lei 8.666/93, art. 79, § 5º).

**24.4.** A rescisão de que trata a alínea “a” do item 14.3. acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 80):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;
- b) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei 8.666/93;
- c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento do **CONTRATANTE**, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

**24.4.1.** A aplicação das medidas previstas nas alíneas “a” e “b” deste item fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta (Lei 8.666/93, art. 80, § 1º).

**24.4.2.** É permitido ao **CONTRATANTE**, no caso de concordata do **CONTRATADO**, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais (Lei 8.666/93, art. 80, § 2º).

**24.4.3.** Na hipótese da alínea “b” deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal (Lei 8.666/93, art. 80, § 3º).

## **25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora (Lei 8.666/93, art. 86), na seguinte forma:

- a) Multa de **10% (dez por cento)** sobre o montante faltante da proposta no caso de inexecução contratual, após a expedição da respectiva Ordem de Serviço;

**25.1.1.** A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 86, § 1º).

**25.1.2.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado (Lei 8.666/93, art. 86, § 2º).



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

**25.1.3.** Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente (Lei 8.666/93, art. 86, § 3º).

**25.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções (Lei 8.666/93, art. 87):

- a)** Advertência;
- b)** Multa, conforme previsto no item 24.1 deste edital;
- c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Quilombo, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**25.2.1.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente (Lei 8.666/93, art. 87, § 1º).

**25.2.2.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Lei 8.666/93, art. 87, § 2º).

**25.2.3.** A sanção estabelecida na alínea “d” é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação (Lei 8.666/93, art. 87, § 3º).

**25.3.** Conforme art. 88 da Lei 8.666/93, as sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 24.2 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos derivados deste certame:

- a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c)** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

## **26. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DO CERTAME**

**26.1.** O Município de Quilombo poderá revogar a licitação por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros (Lei 8.666/93, art. 49, *caput*).

**26.2.** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar (Lei 8.666/93, art. 49, § 1º).



**26.3.** A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato (Lei 8.666/93, art. 49, § 2º).

**26.4.** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (Lei 8.666/93, art. 49, § 3º).

## **27. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**27.1.** Dos atos da Administração decorrentes deste Edital cabem (Lei 8.666/93, art. 109):

- a)** Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
  - a.1)** Habilitação ou inabilitação do licitante;
  - a.2)** Julgamento das propostas;
  - a.3)** Anulação ou revogação da licitação;
  - a.4)** Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
  - a.5)** Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93;
  - a.6)** Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- b)** Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- c)** Pedido de reconsideração, de decisão de Secretário Municipal, na hipótese do § 4º do art. 87 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

**27.2.** Os recursos previstos nos itens “a.1” e “a.2” do item anterior terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos (Lei 8.666/93, art. 109, § 2º).

**27.3.** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Lei 8.666/93, art. 109, § 3º).

**27.4.** Conforme § 4º do art. 109 da Lei 8.666/93, os recursos, assim como as contrarrazões, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, que deverão analisá-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis:

- a)** Caso seja reconsiderada a decisão da Comissão de Licitação, tão logo os recorrentes e recorridos serão intimados e o procedimento licitatório continuará.
- b)** Caso mantida a decisão inicial, a Comissão de Licitação remeterá o procedimento ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que emitirá decisão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, com posterior intimação dos recorrentes e recorridos.

**27.5.** É assegurado aos proponentes vista e cópia dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



27.6. As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, não sendo aceita qualquer outra forma de envio.

## 28. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

28.1. **Qualquer cidadão** é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido **até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação**, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 41, § 1º).

28.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o **licitante** que não o fizer **até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas** (Lei 8.666/93, art. 41, § 2º).

27.2.1. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (Lei 8.666/93, art. 41, § 3º).

28.3. Não será admitida a impugnação do edital por **nenhuma outra forma** que não seja a entrega do referido documento em cópia física e protocolada junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Quilombo.

28.4. Se procedente e acolhida a impugnação ao edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Lei 8.666/93, art. 21, § 4º).

## 29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

29.2. O fornecimento e a veracidade destes dados são de inteira responsabilidade das licitantes.

29.3. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

29.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Licitação em contrário.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

**29.5.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Licitação, com observância à legislação vigente, em especial Lei 8.666/1993.

**29.6.** Faz parte integrante deste edital:

- Anexo I – Modelo Ficha de apresentação;
- Anexo II – Modelo Proposta;
- Anexo III – Modelo Termo de Credenciamento;
- Anexo IV – Modelo Declaração de Ciência do Edital e Aceitação das Suas Condições;
- Anexo V – Modelo Declaração de inexistência de fatos impeditivos e de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
- Anexo VI – Modelo Declaração de Habilitação;
- Anexo VII – Modelo Declaração Não Emprego Menores;
- Anexo VIII – Minuta do Contrato de Garantia de Habilitação;
- Anexo IX – Minuta do Contrato Administrativo;
- Anexo X – Minuta do Contrato de Garantia Contratual.

**29.7.** É competente o Foro da Comarca de Quilombo/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Quilombo/SC, 28 de Janeiro de 2020.

---

**SILVANO DE PARIZ**  
Prefeito Municipal



**ANEXO I**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 09/2020**

**FICHA DE APRESENTAÇÃO**

Nome da Empresa	
CNPJ	
Nome para contato 01	
Nome para contato 02	
Endereço completo (rua, número, bairro, CEP)	
E-mail	
Telefone fixo	
Telefone móvel 01	
Telefone móvel 02	

Os dados acima se referem a eventual necessidade de contato entre o município e a empresa. Qualquer informação acima que for modificada, a empresa deverá comunicar formalmente o município.

(DATA) \_\_\_\_\_

---

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)



**ANEXO II**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**

**LISTA DE ITENS**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS CELSO RAMOS, JOAÇABA E TIRADENTES E NA TRAVESSA CAMPO GRANDE, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 4.305,8 M2, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.**

**\*\*\*Os valores deverão ser cotados por preços unitários\*\*\***

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA RUA CELSO RAMOS, NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, C/ ÁREA TOTAL DE 1.722,8M2, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO DO MUNICÍPIO EM ANEXO.	obra	1,00	86.609,57	86609,57
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA TRAVESSA CAMPO GRANDE, NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, C/ ÀREA TOTAL DE 1.415,8M2, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO DO MUNICÍPIO EM ANEXO.	obra	1,00	88.509,90	88509,90
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA RUA JOAÇABA, NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, C/ ÁREA TOTAL DE 838M2, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E	obra	1,00	46.176,25	46176,25



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

	FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO DO MUNICÍPIO EM ANEXO.				
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA RUA TIRADENTES, NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, C/ ÁREA TOTAL DE 330M2, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO DO MUNICÍPIO EM ANEXO.	obra	1,00	18.565,35	18565,35
				<b>Total</b>	239.861,07

Valor Total...:R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Fornecemos a obra solicitada no preço acima especificado e concordamos com as condições do Edital de Tomada de Preços 09/2020.

A proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 dias.

O prazo de execução é de até 04 (quatro) meses, a contar da Ordem de Serviços.

QUILOMBO/SC, 28 de Janeiro de 2020.

(LOCAL), (DATA).

---

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)



**ANEXO III**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**

**MODELO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade **TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**, instaurado pelo Município de Quilombo, para representar a empresa \_\_\_\_\_ na sessão de abertura dos Envelopes de nº 01 e 02, correspondentes, respectivamente à **1ª FASE/HABILITAÇÃO** e à **2ª FASE/PROPOSTA** da licitação em epígrafe e que está autorizado e apto para decidir sobre quaisquer eventualidades que possam surgir no certame.

(LOCAL), (DATA).

---

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)



**ANEXO IV**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO EDITAL E ACEITA INTEGRALMENTE  
SUAS CONDIÇÕES**

..... inscrita no CNPJ n. ...., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) ..... portador (a) da Carteira de Identidade n. .... CPF n. .... DECLARA, para fins de participação do Processo Licitatório supra que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou-se conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais/execução dos serviços, dando concordância a todas as condições deste certame, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

(LOCAL), (DATA).

---

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)



**ANEXO V**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE  
RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÃO**

O signatário da presente, em nome da proponente . . . . ., CNPJ .....,DECLARA para todos os fins de direito, a inexistência de restrições para participação em licitação.

DECLARO também estar ciente da necessidade de informar imediatamente o surgimento de qualquer restrição.

DECLARO mais, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(LOCAL), (DATA).

---

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)



**ANEXO VI**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo(a) Sr(a).  
\_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº  
\_\_\_\_\_, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que está  
ciente da sujeição da penalidade constante no instrumento convocatório da licitação.

(LOCAL), (DATA).

\_\_\_\_\_  
(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)



**ANEXO VII**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO  
XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

\_\_\_\_\_, inscrito no  
CNPJ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade  
\_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do  
disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de  
dezesesseis anos.

DECLARO mais, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299  
do Código Penal, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(LOCAL), (DATA).

\_\_\_\_\_  
(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)  
(assinatura)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



## ANEXO VIII

### TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020

#### CONTRATO DE CAUÇÃO – GARANTIA HABILITAÇÃO Nº \_\_\_\_/2020

**FINALIDADE: O PRESENTE CONTRATO TEM A FINALIDADE DE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS.**

Que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro em união estável, inscrito no RG 2.031.348 e CPF 579.998.729-20, residente e domiciliado à Rua Jacob Simon, 71, Bairro Bela Vista, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, neste ato denominado de **MUNICÍPIO**, e de outro lado a empresa ....., CNPJ ....., com sede em ....., neste ato representado por seu representante legal ....., inscrito no RG ..... e CPF ....., doravante denominada simplesmente de **LICITANTE**, que tem entre si acertado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** Conforme Processo de Licitação nº **9/2020**, na modalidade Concorrência, a empresa ....., tem o compromisso de prestar **CAUÇÃO** conforme letra “c”, item 9.1.4. do Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – COMPROVAÇÃO

**2.1.** A empresa ....., efetuou (depósito ou transferência TED), conforme documento nº ....., o valor de **R\$** ..... (.....), referente a 1% (um por cento) do valor total do projeto, como **garantia da habilitação**, no **Banco do Brasil S.A, Agência 1393-5**, conta corrente nº 35.863-0.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DEPÓSITO DA GARANTIA

**3.1.** A licitante concorda que o valor ficará depositado em conta, com rendimentos de poupança a título de garantia, que será devolvido nos termos do edital.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

**3.2.** O Município tem o compromisso de manter o valor recebido a título de caução na conta acima informada com a devida aplicação e a devolução do valor recebido com os rendimentos auferidos da aplicação.

E por ser este o acordado entre as partes, as mesmas assinam o presente contrato, assumindo por si seus herdeiros e sucessores na forma da Lei, elegendo o Fórum desta Comarca para dirimir possíveis dúvidas do presente contrato.

Quilombo, (DATA).

\_\_\_\_\_  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
NOME DO SÓCIO ADMINISTRADOR

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: Edina Moniqueli Maestri  
CPF: 092.603.799-46

\_\_\_\_\_  
Nome: Eleni Segalla  
CPF: 086.299.659-75

Estado de Santa Catarina	
<b>MUNICÍPIO DE QUILOMBO</b>	
<b>EXTRATO CONTRATUAL</b>	
Contrato N°.: /2020	
Contratante.: MUNICIPALIDADE DE QUILOMBO	
Contratada..:	
Objeto.....: Garantia contratual para Habilitação (Caução em dinheiro)	
Valor.....: R\$ ( ).	
Vigência.....: De / /2020 até a devolução do valor depositado como caução referente a fase da habilitação do processo licitatório Tomada de Preços 9/2020.	
Licitação.....: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 9/2020	
QUILOMBO, de de 2020.	
<b>SILVANO DE PARIZ</b> <b>Prefeito Municipal</b>	



ANEXO IX

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2020**

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. xxxxx**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO** E A EMPRESA xxxx NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93.

O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro em união estável, inscrito no RG 2.031.348 e CPF 579.998.729-20, residente e domiciliado à Rua Jacob Simon, 71, Bairro Bela Vista, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, denominado para este instrumento particular de **CONTRATANTE** e do outro lado ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ ....., com sede em (ENDEREÇO COMPLETO), representada neste ato por ....., (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), inscrito(a) no RG ..... e no CPF ....., residente e domiciliado em (ENDEREÇO COMPLETO), denominada para este instrumento particular de **CONTRATADO**, tem justo e contratado a prestação de serviços, conforme as cláusulas e condições estabelecidas, mediante seleção através de **Processo Licitatório Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 09/2020**, homologado em (DATA), observadas as normas e disposições legais estabelecidas pela Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS CELSO RAMOS, JOAÇABA E TIRADENTES E NA TRAVESSA CAMPO GRANDE, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 4.305,8 M2, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.**



## CLÁUSULA SEGUNDA – GARANTIA CONTRATUAL

2.1. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, ao comparecer para assinatura do contrato, deverá entregar recibo de depósito, a título de GARANTIA CONTRATUAL, a importância de 5% (cinco por cento) do valor da proposta vencedora (Lei 8.666/93, art. 56, § 2º).

2.2. Deverá ser feita por caução em dinheiro, o qual deverá ser depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 1393-5, conta corrente nº 35.863-0.

2.3. A garantia contratual poderá ser executada para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, conforme art. 80, III da Lei 8.666/93.

2.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, atualizada monetariamente (Lei 8.666, art. 56, § 4º), devendo haver pedido protocolado na Prefeitura Municipal de Quilombo.

2.4.1. Caso a empresa não cumpra com todas as obrigações previstas no edital e no contrato, inclusive os prazos, ou no caso de rescisão do contrato (item 24), não será devolvido o valor referente à garantia contratual, o qual será apropriado pelo **CONTRATANTE**, exceto se a rescisão e/ou paralisação se der em decorrência de acordo das partes.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA

3.1. O regime de execução será INDIRETA/EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, rigorosamente de acordo com as especificações contidas no edital e neste instrumento contratual.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇO

4.1. Os prazos do contrato e da execução da obra/serviço deverão obedecer ao cronograma global do projeto anexo, ou seja, será de até 04 (quatro) meses, a contar da expedição da Ordem de Serviço pelo **CONTRATANTE** (Lei 8.666/93, art. 57, § 3º).

4.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (Lei 8.666/93, art. 110, *caput*).

4.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente do **CONTRATANTE** (Lei 8.666/93, art. 110, p.ú.).

4.3. Os prazos poderão ser alterados de acordo com o **CONTRATANTE**, com estrita observância ao estabelecido na Lei 8.666/93.



## CLÁUSULA QUINTA – DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

5.1. O **CONTRATANTE** emitirá a Ordem de Serviço autorizando a execução dos serviços, ficando o **CONTRATADO** obrigado a cumpri-los de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

5.2. O **CONTRATADO** deverá apresentar e entregar ao Setor de Licitações, quando da entrega da ordem de serviço, ART/RRT de execução da obra, conforme orientação exposta no orçamento e memorial descritivo.

## CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A fiscalização do contrato e da execução dos serviços será realizada pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou por servidor nomeado por meio de Decreto Municipal (Lei 8.666/93, art. 58, III c/c art. 67).

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. São obrigações do **CONTRATADO**:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (Lei 8.666/93, art. 69);
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (Lei 8.666/93, art. 70);
- c) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 8.666/93, art. 71, *caput*);
- d) Obter por todas as licenças ambientais necessárias para a execução do objeto contratado;
- e) Fornecer os materiais, equipamentos e mão-de-obra;
- f) Fornecer toda a infraestrutura logística de apoio, as placas de obra e demais dispositivos de sinalização e segurança do trânsito, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos pessoais e/ou materiais provenientes da inobservância dessas obrigações;
- g) Seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

## CLÁUSULA OITAVA – RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto desta licitação será recebido:

- a) Provisoriamente (Lei 8.666/93, art. 73, I): Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado.
- b) Definitivamente (Lei 8.666/93, art. 73, II): por servidor ou comissão designada pelo **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

**8.2.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Lei 8.666/93, art. 73, § 2º).

**8.3.** O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato (Lei 8.666/93, art. 76).

### **CLÁUSULA NONA – DO VALOR CONTRATADO**

**9.1.** A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pelos serviços, o preço proposto que é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**9.2.** Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS**

**10.1.** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Item Orçamentário</b>	<b>Valor Bloqueado</b>
1.057	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS/SOSU	4.4.90.00 - DR: 1000	R\$ 239.861,07

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado através de boleto bancário e/ou depósito na conta do fornecedor (somente na Caixa Econômica Federal), sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, **conforme medição realizada pelo Setor de Arquitetura e Engenharia do Município**, e mediante apresentação da nota fiscal, discriminando o valor do material e mão de obra, devidamente recebida e aceita pelo **CONTRATANTE**.

**11.1.1.** A nota fiscal/fatura será emitida pela **CONTRATADA** constando as seguintes informações:

- Processo Licitatório 9/2020 – Tomada de Preços 9/2020
- Contrato Administrativo: \_\_\_/2020
- Dados bancários da **CONTRATADA**.

**11.2.** Ficará ainda condicionado ao pagamento:



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

**a) 1ª medição:**

- Apresentação de Diário de Obra, devidamente assinado pelo Responsável técnico da obra.
- Matrícula da Obra junto ao INSS
- GFIP/SEFIP
- Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93):
  - Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS
  - Certidão Negativa da Fazenda Federal
  - Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado
  - Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

**b) Demais medições:**

- Diário de Obra, devidamente assinado pelo Responsável técnico da obra.
- Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93):
  - Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS
  - Certidão Negativa da Fazenda Federal
  - Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado
  - Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

**c) Última medição:**

- Diário de Obra, devidamente assinado pelo Responsável técnico da obra.
- Apresentação da CND do INSS relativa à obra
- GFIP/SEFIP
- Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93):
  - Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS
  - Certidão Negativa da Fazenda Federal
  - Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado
  - Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

**11.3.** Serão retidos valores de INSS incidentes sobre os serviços, conforme legislação em vigor.

**11.4.** Sobre o valor pago ao **CONTRATADO**, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- a)** Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal nº 123/2003;
- b)** Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal nº 125/2017.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DA OBRA

**12.1.** O **CONTRATADO** responderá pela solidez e segurança da obra objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618 da Lei nº.10.406/2002 (Código Civil).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**13.1.** Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (Lei 8.666/93, art. 65 e ss):

**b)** Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

**a.1)** Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

**a.2)** Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites previstos na Lei 8.666/93.

**b)** Por acordo das partes:

**b.1)** Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

**b.2)** Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

**b.3)** Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**b.4)** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**13.2.** O **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões que forem necessários, conforme parágrafos do art. 65 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

**14.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento (Lei 8.666/93, art. 77), sempre com observância ao Capítulo III, Seção V da Lei 8.666/93.

**14.1.1.** A rescisão será feita mediante notificação, entregue (i) pessoalmente e/ou (ii) por via digital e/ou (iii) por via postal, com prova de recebimento.



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

**14.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato (Lei 8.666/93, art. 78):

- s) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- t) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- u) A lentidão do seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- v) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- w) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- x) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- y) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- z) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- aa) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- bb) A dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;
- cc) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- dd) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- ee) A supressão, por parte do **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;
- ff) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao **CONTRATADO**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- gg) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- hh) A não liberação, por parte do **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- ii) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.;



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

jj) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**14.2.1.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (Lei 8.666/93, art. 78, p. ú.).

**14.3.** A rescisão do contrato poderá ser (Lei 8.666/93, art. 79):

- d)** Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas “a” a “l” e “q” do item anterior;
- e)** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
- f)** Judicial, nos termos da legislação.

**14.3.1.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE** (Lei 8.666/93, art. 79, § 1º).

**14.3.2.** Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas “l” a “q” do item anterior, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a (Lei 8.666/93, art. 79, § 2º):

- d)** Devolução de garantia;
- e)** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- f)** Pagamento do custo da desmobilização.

**14.3.3.** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo (Lei 8.666/93, art. 79, § 5º).

**14.4.** A rescisão de que trata a alínea “a” do item 14.3. acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 80):

- e)** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;
- f)** Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei 8.666/93;
- g)** Execução da garantia contratual, para ressarcimento do **CONTRATANTE**, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- h)** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

**14.4.1.** A aplicação das medidas previstas nas alíneas “a” e “b” deste item fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta (Lei 8.666/93, art. 80, § 1º).

**14.4.2.** É permitido ao **CONTRATANTE**, no caso de concordata do **CONTRATADO**, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais (Lei 8.666/93, art. 80, § 2º).

**14.3.** Na hipótese da alínea “b” deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal (Lei 8.666/93, art. 80, § 3º).



## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**15.1.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora (Lei 8.666/93, art. 86), na seguinte forma:

- a)** Multa de **10% (dez por cento)** sobre o montante faltante da proposta no caso de inexecução contratual, após a expedição da respectiva Ordem de Serviço;

**15.1.1.** A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei 8.666/93 (Lei 8.666/93, art. 86, § 1º).

**15.1.2.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado (Lei 8.666/93, art. 86, § 2º).

**15.1.3.** Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente (Lei 8.666/93, art. 86, § 3º).

**15.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções (Lei 8.666/93, art. 87):

- a)** Advertência;
- b)** Multa, conforme previsto no item 24.1 deste edital;
- c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Quilombo, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**15.2.1.** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente (Lei 8.666/93, art. 87, § 1º).

**15.2.2.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Lei 8.666/93, art. 87, § 2º).

**15.2.3.** A sanção estabelecida na alínea “d” é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação (Lei 8.666/93, art. 87, § 3º).

**15.3.** Conforme art. 88 da Lei 8.666/93, as sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 24.2 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos derivados deste certame:

- a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**16.1.** Conforme art. 109 da Lei 8.666/93, cabe:

- a) Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:
- a.1) Anulação ou revogação da licitação;
  - a.2) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93;
  - a.3) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- b) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- c) Pedido de reconsideração, de decisão de Secretário Municipal, na hipótese do § 4º do art. 87 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

**16.2.** Pode o **CONTRATANTE**, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (Lei 8.666/93, art. 109, § 2º).

**16.3.** É assegurado aos proponentes vista e cópia dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**16.4.** As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, não sendo aceita qualquer outra forma de envio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1.** Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que reza a Lei 8.666/93 e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto do presente contrato.

**17.2.** As partes contratantes se vinculam ao edital de licitação e a este contrato.

**17.3.** Para dirimir quaisquer dúvidas atinentes a este contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Quilombo do Estado Santa Catarina.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

QUILOMBO, (DATA).

---

**SILVANO DE PARIZ**  
Prefeito Municipal

---

**CONTRATADA**



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

Testemunhas:

Nome: Edina Moniqueli Maestri  
CPF: 092.603.799-46

Nome: Eleni Segalla  
CPF: 086.299.659-75

Estado de Santa Catarina <b>MUNICÍPIO DE QUILOMBO</b>	
<b>EXTRATO CONTRATUAL</b>	
Contrato N°.: /2020.	
Contratante.: MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
Contratada.:	
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS CELSO RAMOS, JOAÇABA E TIRADENTES E NA TRAVESSA CAMPO GRANDE, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO BIGOLIN, BAIRRO SANTA INÊS, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 4.305,8 M2, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC
Valor : R\$	
Vigência.....:	Início: / /2020 Término: / /2020.
Licitação.....:	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 9/2020.
Dotação.....:	1.057 4.4.90.00 1000
QUILOMBO, de de 2020.	
<b>SILVANO DE PARIZ</b> <b>Prefeito Municipal</b>	

**Extrato Contratual**



**ANEXO X**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2020**

**MINUTA DE CONTRATO DE CAUÇÃO COMO GARANTIA CONTRATUAL Nº XX/2020**

**FINALIDADE: O PRESENTE CONTRATO TEM A FINALIDADE DE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS.**

Que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ 83.021.865/0001-61, com sede à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro em união estável, inscrito no RG 2.031.348 e CPF 579.998.729-20, residente e domiciliado à Rua Jacob Simon, 71, Bairro Bela Vista, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, denominado para este instrumento particular de **CONTRATANTE** e do outro lado ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ ....., com sede em (ENDEREÇO COMPLETO), representada neste ato por ....., (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), inscrito(a) no RG ..... e no CPF ....., residente e domiciliado em (ENDEREÇO COMPLETO), denominada para este instrumento particular de **CONTRATADO**, que tem entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Conforme **Processo de Licitação nº 9/2020, na modalidade Tomada de Preços**, a empresa ....., tem o compromisso de prestar **CAUÇÃO COMO GARANTIA CONTRATUAL**, conforme item 14 do Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – COMPROVANTE**

**2.1.** A **CONTRATADA**, na assinatura do **Contrato Administrativo nº .....**, prestou a **garantia contratual** no valor de **R\$ .....** (.....), conforme documento ..... (recibo de depósito ou documento de transferência TED), no **Banco do Brasil S.A, Agência 1393-5**, conta corrente nº 35.863-0, em (DATA), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.



### CLÁUSULA TERCEIRA – DEPÓSITO DA GARANTIA

**3.1.** O **CONTRATANTE** tem o compromisso de manter o valor recebido a título de caução na conta acima informada com a devida aplicação e a devolução do valor recebido com os rendimentos auferidos da aplicação.

**3.2.** A **CONTRATADA** concorda que o valor ficará depositado em conta com rendimentos de poupança a título de fiança, cujo valor caucionado será utilizado pelo **CONTRATANTE** em todas as hipóteses as quais se farão necessários recursos provenientes, caso que, sendo aplicado tal numerário poderá ser utilizado a qualquer momento nos casos em que se constatar a inadimplência do contratado como forma de ressarcimentos dos danos causados pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

### CLÁUSULA QUARTA – DEVOLUÇÃO

**4.1.** O **CONTRATANTE** por este instrumento tem o compromisso de ao final do **Contrato n° ...../2020**, fazer a devida devolução do valor recebido como caução, desde que a **CONTRATADA** cumpra com todas as exigências legais previstas no instrumento do edital e do contrato.

**4.2.** Em caso de cumprimento integral das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, e não havendo aplicação de penalidades, o **CONTRATANTE** fará ao final do contrato a restituição da caução com os rendimentos de poupança auferidos durante o período em que o valor ficar depositado.

E por ser este o acordado entre as partes, as mesmas assinam o presente contrato, assumindo por si seus herdeiros e sucessores na forma da Lei, elegendo o Fórum desta Comarca para dirimir possíveis dúvidas do presente contrato.

Quilombo/SC, (DATA)

---

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

---

Sócio Administrador

Testemunhas:

---

Nome: Edina Moniqueli Maestri  
CPF: 092.603.799-46

---

Nome: Eleni Segalla  
CPF: 086.299.659-75



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE QUILOMBO**  
**Departamento Jurídico**

Estado de Santa Catarina	
<b>MUNICÍPIO DE QUILOMBO</b>	
<b>EXTRATO CONTRATUAL</b>	
Contrato N°.: /2020	
Contratante.: MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
Contratada..:	
Objeto.....: Garantia contratual (Caução em dinheiro)	
Valor.....: R\$ (.....).	
Vigência.....: De / /2030 até 30 (trinta) dias após a emissão do	
	Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.
Licitação.....: TOMADA DE PREÇOS N° 9/2020.	
	QUILOMBO, de de 2020.
	<b>SILVANO DE PARIZ</b> <b>Prefeito Municipal</b>

Extrato Contratual